

Perfil e trajetória política da elite ministerial brasileira de 1995 a 2014

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, comparativamente, o perfil básico (sexo, idade, escolaridade), profissional (formação e ocupação) e político do alto escalão dos governos brasileiros, isto é, dos ministros de Estado, de 1995 a 2014. O trabalho busca atualizar e aprofundar, de forma basicamente descritiva, a análise da composição ministerial existente na literatura. Pretende-se destacar as semelhanças e diferenças segundo os partidos do presidente, PT e PSDB, ao longo destes 20 anos. Os dados mostram que embora haja semelhanças (idade, escolaridade, nas principais formações e profissões e na experiência prévia como ministros) é possível também encontrar diferenças (na incorporação de mulheres, na maior ou menor concentração em determinadas profissões, no perfil mais político ou mais técnico) assinalando que diferentes partidos apresentam especificidades ao escolherem seu gabinete ministerial.

Introdução

Desde os trabalhos pioneiro de Mosca, Pareto e Michels, do final do século XIX e início do século XX (especificamente entre 1896 e 1923), o estudo das elites políticas é um dos pilares da literatura em sociologia e ciência política. Os trabalhos da época eram basicamente teóricos e constituem importantes contribuições para estudos posteriores. Depois de alcançar mais visibilidade em meados do século XX, graças ao impacto das obras de Wright Mills (1956) e Robert Dahl (1961), a questão recebeu contribuições significativas de S. Keller (1963), W. Domhoff (1967), Bottomore (1964) e G. Parry (1969). Nos anos 70, o debate ganhou impulso com o trabalho de Putnam (1972, 1976) e Blondel (1973) os quais trouxeram uma abordagem mais empírica. Nos últimos anos, esse campo de pesquisa capturou progressivamente a atenção de cientistas sociais interessados em pesquisa comparativa (Best e Cotta, 2000, Tavares et al., 2003), fornecendo uma pluralidade de metodologias. Isso pode ser observado tanto no aumento da produção bibliográfica como nos congressos das áreas acadêmicas, onde os grupos temáticos sobre as elites políticas estão continuamente presentes novamente. No entanto, o perfil da elite política ocupando cargos eletivos recebeu mais atenção dos pesquisadores que os ocupantes de qualquer cargo eletivo, como visto Rodríguez Teruel (2005): “Mientras que lamayor parte de los estudios se han dedicado alasituación de lasélites parlamentarias, el análisis de los miembros em el Poder Ejecutivo ha sido menos fecundo”.

No Brasil é possível encontrar trabalho sobre a distribuição partidária de ministérios e sua delicada relação com a representação legislativa dos partidos, descrever e explicar o funcionalismo da coalizão presidencialismo (Limongi e Figueiredo, 1998). Em menor proporção, há as análises cujo objeto de estudo se concentra no perfil dos ocupantes dessas posições. Neste tópico é importante destacar os trabalhos de Meneguello (1998), Amorim Neto (1994, 2000 e 2007) e D'Araujo (2009). Os trabalhos mais recentes enfatizam a seleção desses atores políticos (Inácio, 2013) e sua carreira ou trajetória política (Cavalcante e Palotti, 2016, Codato e Franz, 2017).

Esta análise além de atualizar as informações produzidas por alguns dos trabalhos acima mencionados, apresenta informação mais desagregada sobre esses perfis apresentados em algumas das pesquisas precedentes, que trabalham com variáveis mais elaboradas na análise do perfil mais ou menos político dos ministros. Este artigo procura estudar a evolução ao longo de mais de duas décadas, através de dos governos de três presidentes (todos reconduzidos a seus cargos): Fernando Henrique Cardoso do PSDB (Partido da social Democracia brasileira), Luiz Ignacio Lula da Silva (2003-2010) do PT (Partido dos Trabalhadores) e Dilma Rousseff (2011-2014) também do PT. Neste artigo, optamos por analisar as composição ministeriais com presidentes que completaram seus mandatos não sendo incorporadas, assim, os ministros dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e do segundo mandato de Dilma Rousseff. Este artigo analisa o perfil profissional e político dos ministros, além das características básicas sexo, idade e escolaridade. Busca-se verificar se os diferentes governos presididos pelos dois partidos que polarizaram a escolha dos presidentes da república durante mais de vinte anos, apresentam similitudes ou diferenças nas escolhas de sua equipe ministerial.

1- Por que pesquisar o perfil dos ministros e a composição ministerial?

A análise do perfil da elite política apresenta um cenário complexo e enriquecedor para pensar a estabilidade e o poder de agenda dos diferentes governos e as preferências dos diferentes partidos, de um lado, e as relações entre os governantes e suas bases de apoio, de outro. Helms (2005) afirma que compreender a composição dos governos nacionais e da liderança executiva é muito importante para entender como as democracias contemporâneas funcionam. Rodríguez Teruel (2005) argumenta que a análise da competência ministerial contribui para o entendimento do governo uma vez que:

los ministros de un gabinete poseen un doble papel como representantes políticos y como directores de departamento, como reflejo de la tensión entre representación de interés y dinámica burocrática, entre política y administración. (Rodríguez Teruel, 2005)

De fato, a elite ministerial pode ser considerada o resultado de um processo de negociação complexo e sua configuração é importante para uma melhor compreensão de como os sistemas de seleção de pessoas no sistema político são desenvolvidos. Citando Rodríguez Teruel (2005), essa configuração indica.

factores de desigualdad, vías de acceso al poder, valores y mecanismos de reclutamiento. En sentido inverso si nos fijamos en el gobierno como agente que toma decisiones e impulsa políticas públicas, su perfil se convierte en un factor que puede ayudar a explicar el sentido y el contenido de esas acciones. (Rodríguez Teruel, 2005)

No caso do presidencialismo de coalizão brasileiro, apesar da inegável importância da distribuição de posições elevadas entre as diferentes partes, há ainda poucos estudos que se concentram nos ministérios e perfil político e profissional dos indivíduos à frente deles. Os dados sobre origem política, idade, escolaridade e outras características sociodemográficas do governo de alto escalão ainda são pouco explorados por sociólogos e cientistas políticos.

Blondel e Cota (1996) fornecem uma linha importante para os estudos sobre o alto escalão do governo quando se referem à "autonomia das carreiras ministeriais". Estes autores

criaram o conceito de “carreira ministerial, definindo a partir da agregação de um conjunto de variáveis que permitem transformar a experiência ministerial dos membros do gabinete em indicadores qualitativos capazes de ser analisados empiricamente e realizar estudos comparados”.

Conhecer o perfil de um gabinete também permite conhecer as características destes ministros: um perfil mais burocrático (tecnocrático) ou mais político; um perfil mais tradicional, com profissionais de áreas tradicionais da política (direito, economia, engenharia) ou mais diversificado; mais homogêneo em termos de gênero e grupos étnicos, ou com maior participação de mulheres e diferentes grupos étnicos; etc.

Lopes e Plaza (2015) chamam a atenção para duas clivagens que orientam a escolha de pessoal para atuar no primeiro escalão do governo: o primeiro é a relação entre experiência e política; o segundo refere-se à origem daqueles nomeados: serviço público ou não. Segundo esses autores, cada governo optará por uma das clivagens indicadas, dependendo de suas preferências, seu apoio parlamentar ou o contexto que enfrentam.

Geddes (1996) argumenta que a escolha é influenciada principalmente pelo contexto político. Os presidentes que são fortes politicamente, que não enfrentam forte concorrência de rivais em seu partido ou entre seus aliados e não sofrem ameaça de golpes militares, se valem das nomeações que colaboram para o desenvolvimento da competência burocrática, com base, especialmente, em critérios técnicos, de competência gerencial. A partir deste argumento pode-se derivar uma hipótese complementar: os governos que requerem apoio de vários partidos para realizar sua gestão tenderão a incluir colaboradores com um perfil mais político e menos técnico. É possível inferir que um gabinete com um perfil mais político não tem as mesmas características, posições, prioridades e estratégias que um gabinete que tem um perfil mais técnico (Dogan, 1979). Por um lado, a formação mais técnica pode priorizar questões mais programáticas para implementar o programa do governo eleito, enquanto no caso de um gabinete mais político pode ter que renunciar às características do programa para garantir apoio político dos partidos e setores que apoiam o governo. Por outro lado, os quadros com perfil mais políticos, mesmo sendo do partido do presidente, podem ter mais capacidade de negociar as políticas do governo com aliados ou mesmo a oposição.

Segundo Loureiro e Abrucio (1999), na América Latina, e especialmente no Brasil, existe uma lacuna na literatura quando a questão é o equilíbrio entre burocracia e política. Em geral, o que se encontra é a tentativa de separar o desempenho técnico dos funcionários de carreira, considerados meritocráticos da gestão de representantes com carreira política, muitas vezes vistos como clientelistas. Uma análise mais completa é aquela que leva em conta que as decisões da burocracia não são neutras. Tudo o que é decidido é, na realidade, uma escolha entre os caminhos possíveis que podem ser seguidos, os quais produzem algum impacto na sociedade. Os membros do alto escalão são responsáveis por realizar e implementar não apenas opções técnicas, mas também, obviamente, políticas, sendo necessário um equilíbrio entre as características políticas, que assegurem o equilíbrio de forças e a manutenção da governança, e características técnicas, que assegurem que as decisões tomadas sejam efetivas para atender às necessidades ou demandas da sociedade.

2- Ministérios no Brasil

Como indicado acima, no Brasil a conjunção do presidencialismo e multipartidarismo promove um cenário no qual o executivo deve fazer alianças com diferentes partidos para garantir o apoio à governabilidade.

A fragmentação partidária aumenta a competição por cargos, por haver maior diversidade de lideranças políticas dispostas ao controle de posições de alto escalão na burocracia. Ademais, como ressaltou Blondel (1995), sistemas políticos cujo controle partidário sobre as preferências e as ações dos parlamentares é institucionalmente frágil tornam a demanda por patronagem maior, por ser um recurso para manter a disciplina dos correligionários (Lopes Bugarin e Bugarin, 2015).

A alta fragmentação do sistema político gera uma atmosfera de alta competição dos partidos pelos cargos mais importantes do governo, bem como um desafio ao presidente para equilibrar a divisão de poder entre os membros da coalizão e, ao mesmo tempo, manter sua orientação programática e as políticas públicas de sua preferência. É importante notar que as coalizões nem sempre ocorrem exclusivamente com partidos com proximidade ideológica, o que torna ainda mais difícil a implementação de um programa governamental mais programático. No entanto, apesar da natureza partidária ter sido fundamental na composição do gabinete, alguns governos podem ser identificados com um perfil mais técnico, como os governos de Fernando Henrique Cardoso, de acordo com o trabalho de Lopes, Bugarin e Bugarin (2015).

A distribuição de cargos em ministérios pode ser analisada como uma troca entre o controle partidário de órgãos governamentais e o apoio parlamentar no congresso nacional. Diferentes argumentos sustentam que tanto a distribuição dos recursos orçamentários quanto a divisão dos cargos executivos funcionam como uma forma de garantir o apoio da coalizão governista. É possível pensar nos conflitos que esses processos geram devido à variedade de interesses envolvidos na disputa política.

Como discutido acima, uma das grandes dificuldades do presidente é construir uma aliança com os setores que possam garantir apoio suficiente no congresso para que sua agenda de políticas públicas possa ser aprovada. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso explica:

Se o governo não dispuser dos recursos políticos e de informação para preservar os setores do Executivo que considerar essenciais à realização de seus projetos, ao “fechar” alianças e entregar partes do mando a pessoas e partidos que não necessariamente comungam de visão e valores comuns, começa a vender a alma ao diabo sem chances de recompra. (...) O governo tem que fazer compromissos aceitando a participação de pessoas e setores partidários que se sabia, de antemão, não comungavam de propósitos idênticos: o pragmatismo com objetivos definidos implica um cálculo e uma aposta. O cálculo diz respeito aos apoios necessários à sustentação geral da política governamental, mesmo quando em detrimento de objetivos específicos, e a aposta tem a ver com a crença de quem conduz de que é capaz de induzir (ou, no limite, forçar) os aliados, inclusive os de última hora, a aceitarem os objetivos que pretende alcançar (Cardoso, 2006, p. 234-235).

Análises recentes argumentam que o perfil observado nos ministérios brasileiros apresenta uma combinação de técnica e política. Inácio (2013) afirma que "A trajetória dentro do partido foi um fator determinante, indicando que a seleção tende a privilegiar a elite interna, especialmente aqueles que ocuparam cargos-chave na organização". A autora também considera que o governo do PSDB é caracterizado por posições mais técnicas do que políticas. Ele conclui que "quando a cota do partido presidencial é considerada, é claro que essas posições são mobilizadas com interesses diferentes, tanto para incorporar especialistas como para promover novos quadros do partido". No entanto, Lopez e Plaza (2015) explicam que é possível perceber que há mais espaço para opções mais técnicas em alguns ministérios do que em outros, como no Ministério da Fazenda. Há casos em que o critério pode variar, como no Ministério da Agricultura, por exemplo; em outros, pode-se ver claramente que o critério é político, como no Ministério dos Transportes.

Cavalcante e Poloti (2016) corroboram que os perfis são significativamente alterados em termos dos mandatos presidenciais e setores do governo. Os autores argumentam que os governos do PSDB são caracterizados por uma equipe com maior nível educacional e experiência de gestão, enquanto nos governos do PT em geral apresentam maior variação em relação à educação formal, e menor desempenho em termos de experiência de gestão, principalmente no primeiro governo Lula. Codato e Franz (2017) analisam que há mais experiência entre os recrutados do PT e do PSDB (em seus respectivos governos) do que entre os ministros de outros partidos das bases aliadas. Ou seja, os ministros dos partidos do presidente apresentam mais conhecimento, treinamento e tempo na área que administram, enquanto os recrutados nos partidos de base têm um perfil menos experiente. Os autores consideram que a escolha de ministros com diferentes perfis indica o "interesse e prioridade nas políticas" e destacam que os estudos sobre as trajetórias anteriores de ministros podem proporcionar uma maior compreensão do funcionamento do Executivo brasileiro.

3- Nota metodológica: critérios de classificação

Um dos aspectos metodológicos mais debatidos do trabalho sobre o perfil das elites políticas está relacionado com os critérios de classificação das profissões (Codato, Costa e Massimo, 2014). Dificuldades práticas surgem para determinar a ocupação principal quando há mais de uma, seja simultaneamente ou em diferentes fases da vida profissional, ou quando a ocupação principal difere da formação. Para responder a esta última dificuldade, a decisão adotada foi definir duas variáveis, uma identificando o título universitário (Diploma) e outra identificando a atividade efetivamente desenvolvida ou ocupação principal (Profissão). As categorias utilizadas para o título obtido na educação formal foram: Advocacia, Engenharia; Economia, Administração / Ciências Contábeis; Medicina; Agronomia; Ciências Sociais, Ciências Exatas, Ciências Humanas (inclui principalmente História, Filosofia e Letras) e Diplomacia. Também foi criada uma categoria para casos de ministros com formação técnica não universitária. Os ministros que não obtiveram diploma universitário ou técnico foram incluídos na categoria "sem diploma".

As categorias da profissão principal, ou ocupação efetiva, apresentam maior diversificação e variação ao longo do tempo. Seguindo a metodologia mais utilizada neste tipo de trabalho, quando há mais de uma profissão foi considerada a atividade

desenvolvida por mais tempo antes de ocupar uma posição política pela primeira vez (no caso dos ministros políticos) ou antes de entrar na equipe ministerial do governo (nos casos dos ministros não políticos). Esse problema é mais complexo no caso de duas ou mais profissões simultâneas. Uma das opções adotadas neste trabalho foi priorizar o ambiente institucional onde o profissional serviu a maior parte de sua vida profissional, por exemplo, na universidade ou na burocracia (nacional ou subnacional), como é o caso de muitos profissionais liberais que também são professores universitários. Quando a biografia do ministro indica uma carreira docente com diferentes posições de gestão e hierarquia dentro de uma universidade, em geral uma universidade pública na qual ele entrou por concurso, foi considerado um professor universitário. Essa situação é típica dos profissionais das áreas de Humanas, Ciências Sociais e Ciências Exatas, e também freqüente entre os economistas, embora não exclusivamente. Em outros casos, onde há simultaneidade da profissão com ensino universitário, a profissão definida pelo diploma acadêmico foi mantida. Esta situação coincide, em geral, com a atividade de ensino em instituições privadas e é mais frequente entre os advogados.

Outra situação de profissões simultâneas é observada em alguns casos de ministros com alguma profissão universitária e também atividade empresarial ou de produtor rural. Nestes casos, a categoria de empresário foi priorizada. Na categoria de empresários foram incluídos adicionados alguns casos de altos executivos de empresas.

A categoria "gestor público" basicamente inclui profissionais (principalmente advogados, engenheiros e economistas, embora não exclusivamente) que têm desenvolvido a sua actividade principalmente em cargos de gestão em órgãos públicos, da burocracia federal, estadual ou municipal, seja em cargos de confiança política ou de carreira administrativa. Funcionários públicos em cargos de direção intermediária também foram incluídos nesta categoria. Empregados em bancos públicos foram considerados na categoria bancários.

Duas outras categorias que merecem consideração especial são as de político e sindicalista. A categoria de político profissional é central para a discussão de estudos teóricos e metodológicos das elites políticas e profissionalização da política desde o trabalho de Max Weber na primeira metade do século passado. No entanto, essa categoria deve ser reduzida tanto quanto possível quando o interesse for obter informações sobre o perfil ocupacional dos ministros. Portanto, na variável "Profissão" foram classificados como "políticos" apenas os ministros que, tendo ou não um diploma universitário, começaram a trabalhar em cargos eletivos desde muito jovens, logo após a obtenção do diploma universidade (ou mesmo antes) e continuaram na política eleitoral ininterruptamente ou alternando com períodos em cargos de confiança política. Da mesma forma, "sindicalistas" foram considerados ministros com ampla participação (vários anos ou mesmo décadas) na direção desinducatos ou centrais sindicais, tivessem ou não um diploma universitário ou um título técnico.

Porém, conforme destacado na seção anterior, a identificação do perfil político ou técnico ¹dos ministros também é relevante para a análise do perfil dos gabinetes ministeriais. Para isto, foi criada uma variável *dummy* identificando perfis com ampla experiência em cargos políticos eletivos, independentemente da profissão ou grau acadêmico. Seguimos aqui o critério usado entre outros por Alcántara (2016) na classificação de deputados com

¹Provavelmente seja mais adequado falar de perfis 'mais políticos' e 'menos políticos', devido a que nem sempre é possível uma distinção absoluta na trajetória de muitos ministros.

perfil político em função exclusivamente da experiência em cargos eletivos. Assim, foram considerados como políticos, além daqueles já identificados na variável "Profissão", ministros com alguma das seguintes trajetórias antes de serem indicados para seus cargos: a) pelo menos três cargos eletivos, sendo dois deles consecutivos; b) pelo menos dois cargos como senador ou um de senador mais outro cargo eletivo; c) pelo menos uma vez eleito governador de estado ou prefeito de uma capital.

Deve-se notar que a unidade de análise é a posição de ministro efetivo, o que significa contabilizar mais de uma vez o perfil de um ministro que é nomeado em mais de um governo ou inclusive mais de uma vez durante um mesmo período de governo.² Foram considerados exclusivamente os ministros de Estado, exceto os ministros militares durante o primeiro governo do PSDB³, que foram posteriormente extinguidos. Não foram incluídas as secretarias com status ministerial, exceto a Casa Civil, formalmente uma Secretária de Estado, mas incluída na análise pela sua relevância na equipe do governo. O número total de postos ministeriais identificados no período analisado é de 240 casos.

4- Perfil dos Ministros no Brasil

Como indicado, assume-se que diferentes governos escolhem ministros com diferentes perfis e a seleção de certos atributos em detrimento de outros indica a característica que o presidente pretende imprimir à sua gestão, bem como a natureza das políticas que deseja implementar. Nas sessões a seguir são apresentados os dados dos perfis gerais (idade, sexo, escolaridade), da formação e da profissão efetiva (ocupação) dos ministros segundo o partido do presidente, no período 1995-2014. Se incluem também na última parte dessa seção análises sobre o perfil mais político ou mais técnico dos ministros.

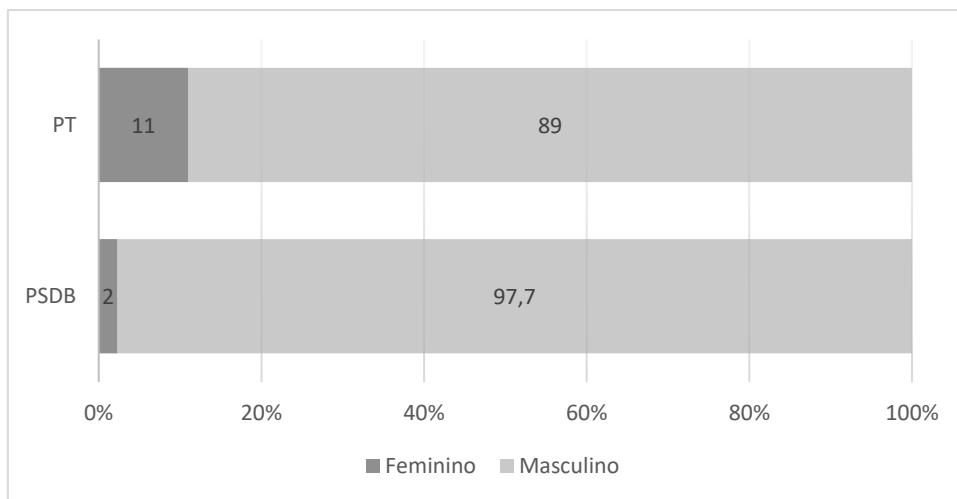
4.1- Gênero, idade e escolaridade.

Como é possível notar no gráfico 1, a participação feminina nos ministérios brasileiros no período de 1995 a 2015 é muito reduzida. Houve uma pequena melhora nas gestões do PT, posteriores às do PSDB, mas ainda é muito menor do que a participação masculina. Esses dados apontam para uma questão histórica: a ausência de mulheres em cargos políticos, especialmente quando se trata de posições de alto escalão. Apesar dos avanços em relação às questões de gênero é evidente que ainda há um longo caminho para chegar a um nível mínimo de igualdade em cargos de importância decisiva na gestão pública.

Gráfico 1- Distribuição do Ministério por sexo 1995-2015.

² 8 ministros reiteraram na equipe ministerial de um mesmo governo (3 ministros em governos do PSDB e 5 em governos do PT).

³ Ministério do Exército, Ministério da Marinha e Ministério da Aeronáutica.



Fonte:

Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

A tabela 1 contém a descrição sobre faixas etárias. A idade média dos ministros brasileiros é de 55 anos e o maior percentual é entre 55 e 64 anos, seguido por aqueles entre 45 e 54 anos. A única diferença a destacar segundo os partidos na presidência é que nos governos do PT houve sempre mais ministros com mais de 65 anos.

Tabela 1- Idade dos ministros segundo governo e grupo de idade (em %)

Faixa etária	PSDB	PT
25-34 anos	1,2	0,6
35-44 anos	11,6	9,1
45-54 anos	34,9	33,1
55-64 anos	46,5	41,6
65 anos ou mais	5,8	15,6
Total	100,0 N=86	100,0 N=154

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

Na tabela 2 descreve-se a escolaridade dos ministros. Nos dois governos presididos pelo PSDB e nos três presididos pelo PT a categoria majoritária é a de ministros com ensino superior como grau máximo de instrução, com valores próximos em todos os governos, seguidos dos que possuem título de doutorado (mais de 30% nos governos presididos pelo PSDB e 20% nos presididos pelo PT). Trata-se, portanto, de ministros com altos graus de instrução formal.

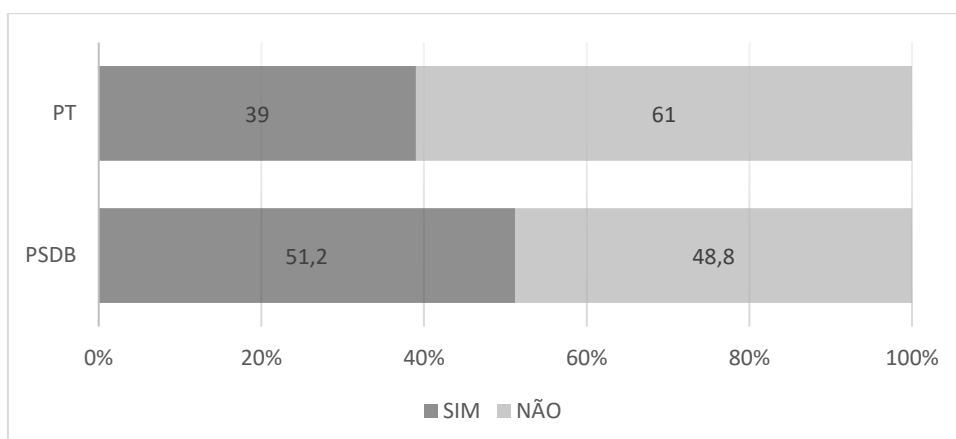
Tabela2 Escolaridade dos ministros (%)

	PSDB	PT
DOUTORADO	32,6%	20,1%
MESTRADO	9,3%	9,7%
PÓS-GRADUAÇÃO L.S.	10,5%	13,0%
SUPERIOR	43,0%	45,5%
MÉDIO	3,5%	9,1%
ENS. TÉCNICO	0,0%	1,9%
FUNDAMENTAL	1,2%	0,6%
Total	100,0% (N=86)	100,0% (N=154)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

O gráfico 2 agrega as porcentagens de ministros com algum tipo de pós-graduação (doutorado, mestrado ou pós-graduação *latu sensu*). Em todos os governos o percentual é superior a 30%. Nos governos do PSDB é onde se observa um percentual maior de ministros com estudos de pós-graduação.

Gráfico 2. Ministros com pós-graduação (em %).



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

4.2- Carreira universitária e profissão principal

Nessa seção é analisada a formação dos ministros segundo o diploma acadêmico (ou técnico) obtido e também a profissão efetiva, isto é a ocupação de fato desempenhada. A Tabela 3 mostra as porcentagens de diplomas universitários dos ministros de todo o período analisado e a Tabela 4 segundo partido do presidente.

Tabela 3: Diploma dos ministros brasileiros (em %).

DIPLOMA	%
ADVOCACIA	33,8
ENGENHARIA	14,6
ECONOMIA	14,2
HUMANAS	7,1
ADMINISTRAÇÃO / C. CONTÁBEIS	5,8
MEDICINA	4,6
EXTATAS	2,9
CIÊNCIAS SOCIAIS	2,5
OUTROS DIPLOMAS UNIVERSITÁRIOS	3,8
DIPLOMACIA	1,7
TÉCNICO	1,3
SEM DIPLOMA	7,9
Total	100,0 (N=240)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

As profissões clássicas encontradas na esfera política em geral tem sido advocacia, engenharia e medicina (RODRIGUES, 2009). No Brasil não é diferente e assim como é comum em praticamente toda democracia, a maioria dos ministros brasileiros possui diploma em Direito ou em especialidades relacionadas ao Direito. Com efeito, pouco mais de um terço dos ministros (33,8%) do período em análise possuem um diploma nessa área. Eles são seguidos em relevância numérica por duas outras carreiras universitárias clássicas no campo político: engenharia (nas suas diversas áreas) e economia, ambas com pouco mais de 14%. Em quarto lugar, com 7,1% estão os ministros com diploma em alguma área de Humanas (a maioria corresponde a História, Filosofia e Letras). Deve-se notar que, se a categoria de Ciências Sociais fosse adicionada à de Humanas, essa porcentagem sobe para 9,6%. Medicina (4,6%) tem uma presença menor que a geralmente associada às elites políticas, pelo menos à elite política eleita (RODRIGUES, 2009).

A análise de acordo com os partidos na presidência, tabela 4, mostra que, de fato as graduações em direito, engenharia e economia são as três com maior percentual de ministros nos governos presididos por ambos partidos. A diferença observada é uma maior concentração nesses diplomas nos governos do PSDB e uma maior distribuição entre diferentes de diplomas nos governo do PT. Embora os ministros com diploma de advogado sejam maioria em todos os governos, essa porcentagem é substancialmente maior nos governos do PSDB, assim como os ministros com formação em Engenharia, praticamente o dobro do registrado nos governos do PT.

Finalmente, os ministros com formação nas áreas de Humanas, Administração/C. Contábeis e Ciências Exatas estão mais presentes nos governos presididos pelo PT, e os que tem formação em Ciências Sociais nos governo presididos pelo PSDB.

Tabela 4. Diploma universitário por partido do presidente (em %).

DIPLOMA	PSDB	PT
ADVOCACIA	45,3	27,3
ENGENHARIA	20,9	11,0
ECONOMIA	12,8	14,9
HUMANAS	2,3	9,7
ADMINISTRAÇÃO / C. CONTÁVEIS	2,3	7,8
MEDICINA	2,3	5,8
EXACTAS	1,2	3,9
CIÊNCIAS SOCIAIS	4,7	1,3
OUTROS DIPLOMAS UNIVERSITÁRIOS	3,5	3,9
DIPLOMACIA	0,0	2,6
TÉCNICO	0,0	1,9
SEM DIPLOMA	4,7	9,7
Total	100,0% (N=86)	100,0% (N=154)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

A Tabela 5 mostra a distribuição da profissão ou ocupação principal dos ministros antes de ingressar no ministério, ou, no caso dos ministros com ampla experiência política, antes de iniciar sua carreira política profissional. Como explicado na descrição metodológica, nessa classificação foi priorizado o âmbito do trabalho em que a profissão foi exercida (burocracia, universidades, âmbito privado). A tabela 6 apresenta a informação segundo o partido do presidente.

Tabela 5. Profissão (ocupação) principal dos ministros brasileiros (em %).

PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	%
GESTOR PÚBLICO	25,8
PROF. UNIVERSITÁRIO	14,2
ADVOGADO	10,4
POLÍTICO	8,8
EMPRESÁRIO	8,8
ECONOMISTA	5,8
SINDICALISTA	5,8
DIPLOMATA	5,6
MÉDICO	2,5
ENGENHEIRO	1,7
OUTRA PROF. UNIVERSITÁRIA	0,8
OUTRA	9,6
Total	100,0 (N=240)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

Pouco mais de um quarto (25,8%) dos ministros ocuparam cargos de gestores em diferentes órgãos da administração pública (seja em cargos de confiança política ou da carreira administrativa). Nesta categoria estão incluídos diversos profissionais, principalmente advogados, economistas e engenheiros, mas também graduados em outras áreas. O segundo grupo relevante é o de professores universitários (14,2%), e em terceiro

lugar, os advogados que não atuavam na administração pública (10,4%). Em quarto lugar despontam os ministros classificados como políticos, isto é, aqueles que se dedicaram à política desde o início de sua vida profissional, junto com os ministros com atividade empresarial, como ocupação principal (8,8%). Da mesma forma que os advogados (10,4%), os economistas (5,8%) e os engenheiros (1,7%) aparecem com percentagens muito inferiores às observados na Tabela 4 porque grande parte dos graduados nessas áreas que ascendem à posição de ministro desempenharam sua profissão principalmente no âmbito da administração pública.

Na Tabela 6 se observa que independentemente do partido do presidente os gestores públicos são a primeira categoria de ministros, seguida pelos professores universitários. Em ambos casos trata-se de valores próximos.

Tabela 6. Profissão principal (ocupação por partido do presidente (em%).

PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	PSDB	PT
GESTOR PÚBLICO	27,9	24,7
PROF. UNIVERSITÁRIO	15,1	13,6
ADVOGADO	14,0	8,4
POLÍTICO	9,3	8,4
EMPRESÁRIO	8,1	9,1
ECONOMISTA	11,6	2,6
SINDICALISTA	0,0	9,1
DIPLOMATA	7,0	5,2
MÉDICO	0,0	3,9
ENGENHEIRO	2,3	1,3
OUTRA PROF. UNIVERSITÁRIA	0,0	1,3
OUTRA	4,7	12,3
Total	100,0% (N=86)	100,0% (N=154)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

As categorias nas quais se observa uma distribuição diferente de acordo com o partido na presidência são as de advogados e economistas que não tinham na administração pública ou na docência universitária seu principal âmbito de atividade, estes estão em maior proporção nos governos do PSDB. Com os sindicalistas a situação é inversa, 9% dos ministros oriundos de sindicatos encontram-se nos governos do PT, ao passo que nenhum dos ministros nos governos do PSDB era sindicalista. Finalmente, é importante notar que as percentagens de outras profissões são significativamente mais elevadas nos governos presididos pelo PT (12,3%) em comparação com os registrados nos dois governos presididos pelo PSDB, (4,7%), o que indica que nos primeiros houve, assim como no caso dos diplomas, maior diversificação do perfil profissional..

Em suma, a principal carreira universitária dos ministros brasileiros é Direito, um diploma tradicional na política em toda democracia. No entanto, pode-se afirmar que essa predominância diminuiu nos governos presididos pelo PT onde se observa maior diversificação de diplomas. Engenharia e Economia, duas outras profissões tradicionais na política, que seguem ao Direito em importância numérica. Entre os três, representam mais de 62% dos diplomas universitários entre o mais alto escalão do

governo. O diploma de engenheiro está notoriamente mais presente nos governos do PSDB do que nos do PT e os ministros com diplomas na área de Humanas (sem considerar os de Ciências Sociais) estão mais presentes nos governos do PT.

Em relação à profissão principal ou ocupação, pode-se dizer basicamente que os ministros tinham ocupado posições como gestores na administração pública, professores universitários, advogados, políticos profissionais ou empresários. Essas cinco categorias representam quase 70% dos casos analisados. Assim como na distribuição de diplomas universitários, a concentração de profissões nas principais categorias é maior nos governos do PSDB e mais diversificada nos governos do PT. Os primeiros também concentravam mais a participação de economistas que não pertenciam à administração pública nem tinham sua principal atividade na universidade, enquanto os últimos concentraram todos os ministros sindicais.

4.3- O perfil mais político ou mais técnico dos ministros.

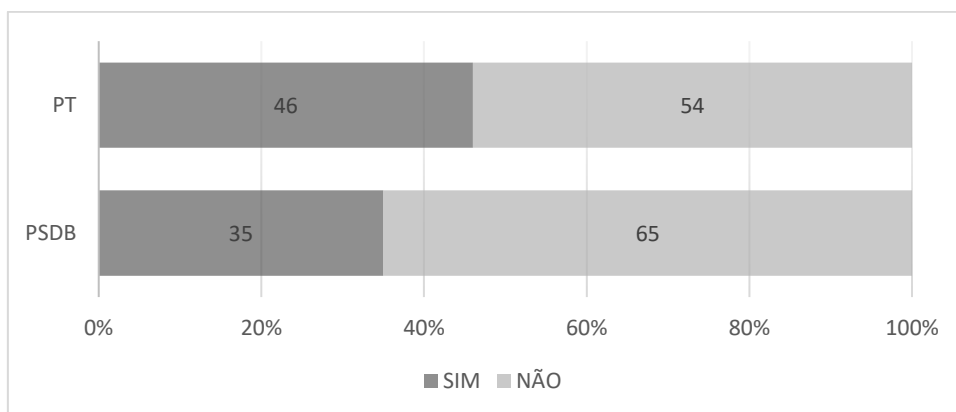
Conforme foi especificado na descrição metodológica, foi criada uma variável específica para identificar ministros com experiência política em posições eletivas significativas para serem considerados como políticos profissionais.⁴ O gráfico 3 traz a distribuição segundo partido do presidente dos ministros que tinham, ao momento da nomeação no cargo, uma trajetória política em cargos eletivos suficiente para ser considerados políticos.

Tanto nos governos presididos pelo PSDB como naqueles presididos pelo PT, uma minoria de ministros foram considerados políticos profissionais de acordo com os critérios definidos neste trabalho: 35% dos ministros que participaram nos governos do PSDB e 46% dos que integraram os governos do PT.⁵ Nos governos do PSDB, quase dois terços (65%) dos ministros tinham um perfil ou mais técnico e nos governos do PT esse percentual é pouco mais da metade (54%).

⁴ Inclui: a) ministros que obtiveram pelo menos 3 cargos eletivos consecutivos; b) foram eleitos para o Senado pelo menos duas vezes; c) foram eleitos uma vez para o senado e mais uma para outro cargo; d) foram eleitos pelo menos uma vez como governador ou prefeito de uma capital do estado; e) tinha apenas a política como profissão principal.

⁵ Esses valores são um pouco diferentes dos reportados por Codato e Franz (2017), que reportam maioria de ministros políticos. Além de usar um critério diferente para a classificação dos ministros políticos (últimos quatro cargos prévios à nomeação, considerando tanto cargos eletivos quanto cargos não eletivos mas de confiança política na administração pública), os autores incluíram na análise as secretarias com rango ministerial.

Gráfico 3- Ministros políticos e não políticos segundo partido do presidente (%).



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

Uma análise do perfil político segundo o partido do ministro é apresentado nas tabelas 7 e 8. Nelas são destacados os principais partidos da coalizão de governo, ou seja, partidos com maior número de representantes no Legislativo e maior número de ministerios obtidos. A hipótese dessa análise é que os ministros dos partidos do presidente tenderiam a ter um perfil menos políticos que os ministros dos demais partidos da base, que acedem ao cargo fundamentalmente pela necessidade do presidente contar com amplo apoio do no Legislativo.

Tabela 7. Ministros em governos do PSDB segundo perfil político e partido (em %).

Partido do ministro	Políticos	Não Políticos	Total
PSDB	35,0	65,0	100,0 (N=20)
PFL\DEM	81,8	18,2	100,0 (N=11)
PMDB	69,2	30,8	100,0 (N=13)
Outros partidos	33,3	66,7	100,0 (N=15)
Sem partido	0,0	100,0	100,0 (N=27)

Tabela 8. Ministros em governos do PT segundo perfil político e partido (em %).

Partido do ministro	Políticos	Não Políticos	Total
PT	57,6	42,4	100,0 (N=59)
PMDB	59,3	40,7	100,0 (N=27)
Outros partidos	61,8	38,2	100,0 (N=34)
Sem partido	0,0	100,0	100,0 (N=34)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

O resultado das frequências cruzadas indica que nos governos presididos pelo PSDB os ministros do próprio partido eram majoritariamente não políticos e os dos principais socios no governo, PFL/DEM e PMDB, majoritariamente políticos. Mas essa diferença não se observa nos governos presididos pelo PT, onde tanto os ministros desse partido quanto os do seu principal sócio, o PMDB, são majoritariamente políticos. Importante considerar também o número de ministros sem partido, em definitiva aqueles com um perfil exclusivamente técnico, que representam 15,7% dos ministros no governo do PSDB e 22,1% dos ministros do PSDB.

Continuado com a análise do perfil das equipes ministeriais segundo o partido dos ministros, as tabelas 9 e 10 trazem a distribuição segundo a profissão, ou ocupação principal. Embora os dados não informem se a especialização dos ministros dos diferentes partidos coincide com os ministerios que chefiam, aportam informação sobre capacitação dos ministros em termos gerais. Na análise prévia, a identificação de um ministro como político não supõe a ausência de especialização ou atividade profissional na sua trajetória. Nas tabelas a seguir as diferentes profissões dos ministros não excluem uma carreira política prévia à nomeação. A categoria políticos, como já especificado na definição das categorias profissionais, refere a ministros sem outra ocupação relevante na sua trajetória profissional.

Tabela 9. Ministros do PSDB segundo ocupação e partido (%).

Partido do ministro	Político	Gestor Público	Prof. Univ.	Advog.	Econ.	Empr.	Diplom.	Outros	Total
PSDB	0,0	15,0	20,0	20,0	30,0	5,0	0,0	10,0	100 N=20
PFL/DEM	27,3	45,5	0,0	9,1	9,1	9,1	0,0	27,3	100 N=11
PMDB	38,5	0,0	7,7	23,1	0,0	15,4	0,0	46,2	100 N=13
Outros	0,0	26,6	33,3	13,3	6,7	13,3	6,7	0,0	100 N=15
s/p	0,0	44,4	11,1	7,4	7,4	3,7	18,5	0,0	100 N=27

Tabela 10 - Ministros do PT segundo ocupação e partido (%).

Partido	Político	Gestor Público	Prof. Univ.	Advog.	Econ.	Empr.	Sindic.	Diplom.	Outros	Total
PT	1,7	16,9	20,3	11,9	3,4	0,0	23,7	0,0	22,0	100,0 N=59
PMDB	11,1	37,0	3,7	11,1	0,0	11,1	0,0	11,1	14,8	100,0 N=27
Outros	26,4	11,8	2,9	2,9	0,0	20,6	2,9	5,9	29,4	100,0 N=34
s/p	0,0	41,2	20,6	5,9	5,9	11,8	0,0	8,8	5,9	100,0 N=34

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

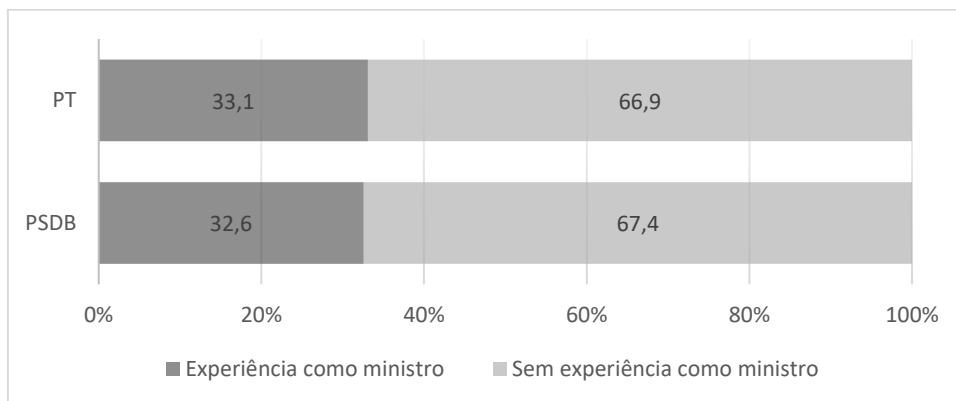
É importante destacar a semelhança das porcentagens de ministros do PSDB e do PT que atuaram profissionalmente como gestores na administração pública (15% e 16,9% respectivamente) e professores universitários (20% e 20,3%). Não obstante, cabe chamar a atenção para a alta presença de economistas (que não faziam parte da administração

pública ou da atividade universitária), como já havia sido observado (tabela 6), nos governos presididos pelo PSDB, confirmando que a economia é uma profissão característica das administrações peessedebistas. De forma similar os ministros sindicalistas são característicos dos governos presididos pelo PT.

Em relação aos ministros dos partidos da base aliada, os dados reiteram os resultados já visto para os ministros dos governos do PSDB. Esse partido não teve nenhum ministro que fosse classificado como exclusivamente políticos e seus dois sócios no governo concentravam maior quantidade de ministros com esse perfil, especialmente o PMDB (atual MDB). Cabe destacar, porém, a alta presença de gestores públicos entre os ministros do ex-PFL (atual DEM). Na análise dos ministros do PT se observa que são os partidos da base aliada os que apresentaram uma proporção importante de ministros com perfil exclusivamente políticos, mas esse perfil é encontrado em menor proporção entre os ministros do próprio PT. Por último, os ministros sem partido eram fundamentalmente gestores públicos, independentemente do partido do presidente, indicando a relevância dessa expertise entre ministros que podem ser chamados propriamente de técnicos. Diplomatas, nos governos do PSDB, e professores universitários, nos governos do PT, compartilham em menor medida esse perfil.

Finalmente é analisada a experiência prévia no cargo de ministro. O gráfico 4 apresenta a distribuição de ministros com e sem experiência no cargo. Verifica-se grande semelhança entre governos na escolha de ministros que já possuem uma experiência prévia no cargo. As equipes ministeriais têm uma porcentagem aproximada de ministros com essa característica independentemente do partido na presidência.

Gráfico 4- Experiência prévia como ministro



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis nos sites dos diferentes Ministérios, Câmara dos Deputados e Dicionário Biográfico do CPDOC / FGV.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo analisar, de forma essencialmente descritiva, o perfil profissional e político dos ministros brasileiros segundo o partido do presidente entre 1995 e 2014, além de características básicas como sexo, idade e escolaridade. Embora trabalhos anteriores já tenham focado o perfil dos ministros (Figueiredo, 2007; Cavalcante e Poloti, 2016) estes trabalhos focam os diferentes governos sem estabelecer as comparações entre os partidos que ocuparam a presidência. Outros

trabalhos que fazem análise segundo partido do presidente diferem (Inácio, 2013; Codato e Franz, 2017) incluem algumas das características dos ministros aqui estudadas mas diferem em outras ou trabalham com diferentes definições de algumas variáveis, como a de ministros mais políticos ou mais técnicos.

Os dados apresentados neste artigo mostram diferenças nos gabinetes de acordo com os partidos que ocuparam a presidência no Brasil entre 1995 e 2014, embora não em todas as variáveis analisadas. Em termos de perfil, é possível observar, como já expostos em trabalho anteriores, que os governos presididos pelo PT incluíram mais mulheres do que os encabeçados pelo PSDB. Em relação à escolaridade e à idade se observa ampla homogeneidade entre os dois partidos, com ministros em sua grande maioria com ensino superior e algum tipo de pós graduação. Estas duas variáveis confirmam também resultados em trabalhos anteriores (Cavalcante e Poloti, 2016).

Em relação à formação, os governos do PSDB mantinham em seus gabinetes, predominantemente, profissionais com diplomas clássicos da política, como os de advogados, engenheiros e economistas. A maioria dos ministros dos governos presididos pelo PT também apresentavam essas formações universitárias, mas incorporam maior diversificação e incluíram maior proporção de ministros com formação nas áreas de humanas, exatas e outras carreiras universitárias. Entre estes dados destacam-se a porcentagem significativamente mais altas dos formados em advocacia e engenharia entre os ministros dos governos presididos pelo PSDB.

Quando se fala da profissão ou ocupação, salienta-se que nos governos de ambos partidos, os gestores políticos e professores universitários não somente são as duas principais categoriais na equipe ministerial mas, também, apresentam porcentagens similares nos governos, independentemente do partido do presidente. Observa-se a incorporação de sindicalistas nos governos petistas, o que era esperado, uma vez que é um partido com forte vínculo com os trabalhadores e suas organizações. Não obstante os governos do PT também incorporam empresários em porcentagem semelhante aos governos do PSDB. Por outra parte, os governos desse último partido são os que tiveram porcentagem mais alta de ministros advogados e economistas que desempenharam sua profissão fora da administração pública e o âmbito universitário, isto é, fundamentalmente no âmbito privado ou como profissionais liberais.

Especificamente em relação ao perfil político ou não político, os governos do PT incorporaram mais políticos profissionais que os governos do PSDB. Por outro lado, os dados sobre experiência previa em ministérios indicam que não há diferenças segundo partido do presidente. As variáveis analisadas indicam que, embora haja muitas semelhanças, é possível notar diferenças na composição do governo de acordo com o partido, como destacado anteriormente.

Ao observar o perfil mais político ou mais técnico, constata-se que os governos do PT apresentam mais ministros políticos que os do PSDB. Ao analisar as coalizões observa-se que, nos governos do PSDB os principais partidos da base aliada são os que mais ministros políticos apresentam, enquanto nos governos presididos pelo PT tanto o partido do presidente como os demais membros da coalizão de governo apresentam ministros com perfil majoritariamente político.

Referencias

Alcántara, Manuel. “A profissionalização da Política.” Curitiba: CPOP, UFPR. 2016.

Amorim Neto, Octavio (1994). Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação. *Nova Economia*, UFMG, v. 4, n. 1.

_____ (2000). Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, v. 43, n. 3.

_____ (2007). Algumas consequências políticas de Lula: novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa. In Nicolau, Jairo e Power, Timothy J. (orgs.). *Instituições representativas no Brasil, balanço e reforma*. Belo Horizonte, Editora UGMG.

Batista, Mariana (2013). O poder executivo: uma análise do papel da presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). *Opinião Pública*, Campinas, vol19, nº2, p.449-473, novembro.

Blondel, J y M Cotta (1996): *Party and government. An inquire into the relationship between governments and supporting parties in liberal democracies*. Londres: Macmillan Prees.

_____ ed. (2000): *The nature of party government: A comparative European perspective*. Hampshire. Palgrave.

Blondel, J y F. Muller-Rommel, Ed. (2001): *Cabinets in Eastern Europe*. Hampshire Palgrave.

Cavalcante, Pedro; Palotti, Pedro. Entre a política e a técnica: quem são os Ministros dos governos democráticos no Brasil (1990 a 2014)? In: ENCONTRO DA ABCP, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ABCP, 2016.

Chasquetti, Daniel, (2001). “Democracia, multipartidismo y coaliciones en América Latina: evaluando la difícil combinación” en Jorge Lanzaro (comp.) *Tipos de presidencialismo y coaliciones en América Latina*. Buenos Ayres: Clacso.

Codato, Adriano, Luiz D. Costa, Lucas Massimo (2014). Classificando ocupações em estudos parlamentares: uma tipologia histórica. IX Encontro da ABCP, Brasília, agosto.

Codato, Adriano e Franz, Paulo. Technical-ministers and politician-ministers during the PSDB and PT presidencies. Researchgate. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612174301>, 2017.

D'Araújo, Maria Celina (2009). *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro: FGV.

De Winter, L (2002). Parties and government formation, portfolio allocation, and policy definition. In: kuther, k.; muller-rommel, f. (Eds.) *Political parties in the new Europe: political and analytical challenges*. Oxford: Oxford University Press, p 171-207.

Dogan, M. (1979) How to Become a Cabinet Minister in France: Career Pathways, 1870-1978. *Comparative Politics*, v. 12, n. 1, p. 1–25, out.

Figueiredo, Argelina Cheibub (2012). Coalizões governamentais na democracia brasileira. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 3, p. 159-196.

Gueddes, Barbara. *Politician's Dilemma: Building State Capacity In Latin America*. Berkeley: Universty Of California. 1996.

Helms, Ludger (2005). *The Presidentialisation of Political Leadership: British Notions and German Observations*. In *The Political Quarterly*. Vol. 76, Issue 3, pages 430–438, July.

Inácio, Magna. Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos en gabinetes multipartidistas. *América Latina Hoy*, n. 64, p. 41-66, 2013.

Limongi, Fernando y Argelina Figueiredo (1998). Bases Institucionais do Presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44. P.81-106.

Linz, Juan Pablo y Arturo Valenzuela (1994). *The failure of presidential democracy: comparative perspectives*. Baltimore and London: The Johns Hoppins University Press.

Lopez, Felix y SérgioPraça (2015). Critérios e Lógica de nomeação para o alto escalão da burocracia Brasileira. In LOPES, *Gabriel Garcia. Cargos de Confiança no presidencialismo de coalizão Brasileiro*. Brasília: IPEA.

Lopez, Felix, Maurício Bugarin y Karina Bugarin (2015). Mudanças político-partidárias e rotatividade dos cargos de confiança (1999-2013). In LOPES, *Gabriel Garcia. Cargos de Confiança no presidencialismo de coalizão Brasileiro*. Brasília: IPEA.

Loureiro, Maria Rita y Fernando Luiz Abrucio (1999). Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online], vol.14, n.41

Mainwaring, Scott P. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias: O caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV.

Marengo, André y Miguel Serna (2007). Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64.

Meneguello, Rachel (1998). *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.

Perissinotto, Renato M., Adriano Codato. Apresentação (2008). Dossiê "Elites Políticas". *Revista de Sociologia e Política*. V.16, Nº 30, p.7-15.

Putnan, RD (1976): *The comparative study of political elites*. EnglewoodCliffs. Prentce-Hall.

Rodrigues, Leôncio Martins (2009). *Partidos, Ideologia e Composição Social. Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara de Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelsteinde Pesquisas Sociais.

Teruel, Juan Rodriguez (2005). *Los ministros de la España democrática: perfil, trayectorias y carrera ministerial del gobierno de Suarez a Zapatero (1976-2005)*. Barcelona: UniversitáAutonoma de Barcelona.

Weber, Max (1991). *Escritos Políticos*. Madri